ALÉM DE HABERMAS: ONDE FICA A ÉTICA DO DISCURSO?

MÁS ALLÁ DE HABERMAS: ¿DÓNDE QUEDA LA ÉTICA DEL DISCURSO?

Márcio Pugliesi¹

Nuria López²

RESUMO

A razão comunicativa habermasiana concede validade às normas morais que forem assentidas por todos os indivíduos envolvidos como participantes de um discurso prático. O consenso habermasiano, além de pouco factível frente à complexidade social, enfrenta problemas teóricos importantes. Para além de Habermas, este artigo propõe modelo abrangente da complexidade sistêmica do sujeito e a partir dele, das relações intersubjetivas, concebendo-as como intersecções entre atmosferas semânticas. Assim, em oposição ao enfoque do consenso, lida com a perspectiva do conflito entre sujeitos (atmosferas semânticas), inserindo a ética no discurso nos processos estratégicos de suas tomadas de decisões para obtenção de resultados ótimos nos conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: ética; razão comunicativa; conjectura sistêmica

RESUMEN

La razón comunicativa habermasiana concede validez a las normas morales que sean asentidas por todos los individuos envueltos como participantes de un discurso practico. El consenso habermasiano, además de poco factible, enfrenta problemas teóricos importantes. Más allá de Habermas, este artículo propone modelo que abarca la complejidad sistémica del sujeto y desde él, de las relaciones intersubjetivas, las concibiendo como intersecciones entre las atmosferas semánticas. Así, en oposición al enfoque del consenso, trabaja con la perspectiva del conflicto entre sujetos (atmosferas semánticas), insiriendo la ética en el discurso en los procesos estratégicos de sus tomadas de decisiones para la obtención de resultados óptimos en los conflictos.

PALABRAS-CLAVE: ética; razón comunicativa; conjetura sistémica

¹ Professor do Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Doutor e Livre Docente em Direito pela Universidade de São Paulo (USP); Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(PUC-SP); Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

² Mestranda em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Em *Facticidade e validade*³, Habermas afirma que “o lugar da razão prática é tomado, na ética do discurso, pela razão comunicativa e isto é mais do que uma troca de etiquetas”, deixando claro seu projeto de transformação e apropriação do projeto kantiano numa reconfiguração de sua ética deontológica. Tal projeto substitui o imperativo categórico da razão prática pela suposição de que as normas morais somente podem pretender ter validade se forem assentidas por todos os indivíduos envolvidos como participantes de um discurso prático⁴. Nele, os contextos do mundo da vida⁵ (*Lebenswelt*) tornam-se abstratos, isto é, a universalidade abstrata das normas aceitas como válidas, mediante a fundamentação, decorre de uma necessária descontextualização das mesmas a fim de esfugar aos problemas do imperativo categórico kantiano limitado pela abstração quando aplicado, sem mediação, a máximas e ações, vez que Kant entendia coincidir a razão prática com a moralidade na qualidade de instância examinadora de normas. Nesse particular, é necessário ressaltar que a busca de critérios lógico-rationais comuns a todas as culturas e que sirvam de referencial universal para as legislações requereria, pelo menos, uma ética dialógica. Acreditar que toda ação individual sob a égide da ética do discurso deva sofrer a universalização possível, para se enquadrar como moralmente sustentável conduz a duas vias fechadas: ou se entende que cada uma delas possa ser tornada universal, embora individuais (o que seria muito simples de fazer) – levando a um simples jogo de palavras; ou então, se chega ao monovalor, sem

³ - HABERMAS, Jürgen. **Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats**. 3. Aufl. Frankfurt: Suhrkamp, 1993, p. 17: “Ich habe deshalb mit der Theorie des kommunikativen Handelns einen anderen Weg eingeschlagen: an die Stelle der praktischen Vernunft tritt die kommunikative. Das ist mehr als ein Etikettenwechsel.”

⁴ - HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do Discurso**. trad. Gilda Lopes Encarnação, Lisboa: Piaget, 1999, *in verbis*: “Embora Kant escolha a forma imperativa (‘Age só pela máxima que se possa transformar ao mesmo tempo, por acção de teu desejo, em lei geral!’), o imperativo categórico assume o papel e um princípio de justificação, assinalando como válidas as normas de conduta susceptíveis de generalização: todos os seres dotados de razão têm de ser capazes de desejar o que se encontra moralmente justificado. é nessa perspectiva que falamos de uma ética *formalista*. Na ética do discurso, o método de argumentação moral substitui o imperativo categórico. É ela que formula o princípio ‘D’: - as únicas normas que têm o direito a reclamar validade são aquelas que podem obter anuência de todos os participantes envolvidos num discurso prático. O imperativo categórico desce ao mesmo tempo na escala, transformando-se num princípio de universalização ‘U’, que nos discursos práticos assume o papel de uma regra de argumentação: no caso das normas em vigor, os resultados e as consequências secundárias, provavelmente decorrentes de um cumprimento geral dessas mesmas normas e a favor da satisfação dos interesses de cada um, terão de poder ser aceites voluntariamente por todos. Finalmente, designamos por *universalista* uma ética que afirma que este princípio moral (ou um idêntico) não exprime apenas as intuições de dada cultura ou de dada época, mas tem também sua validade geral.” (p. 15- 16.)

⁵ O *mundo da vida* constitui um horizonte. Nele os sujeitos pressupõem condições de ação referenciadas pelo mundo objetivo, normativo e subjetivo, situando-as como planos de ação que referenciam um fragmento do processo comunicativo.

qualquer variedade axiológica, o que seria teoricamente insustentável. Não obstante, uma presunção de validade, sob o ponto de vista habermasiano, tem de se constituir enquanto facticidade (pertencente a uma comunidade real) e como validade (idealiza ao referir-se às razões possíveis transcendentais), para obter status de racionalidade.

Para além de Habermas, contudo, a intersubjetividade parece ser mais complexa. Pode-se, por exemplo, pensar em um indivíduo que é como um conjunto de conteúdos semânticos, proposto no modelo de Pugliesi como uma atmosfera semântica. Ele conhece as coisas a partir desses conteúdos e ao mesmo tempo, conhecendo as coisas, ele altera esse conjunto, refazendo-o⁶. A comunicação⁷ entre sujeitos torna-se possível e é limitada pelas interseções cognitivas, os traços comuns de Searle, que possuam. Quando a interseção for vazia, o que, em princípio, é altamente improvável, ocorre um estado de comunicação minimal, vez que a nulidade comunicativa é, pela teoria da comunicação aceita, impossível (não comunicar é, em princípio, comunicar que não se deseja comunicar). Por outro lado, a comunicação será maximal quando houver identidade entre os conjuntos de informação disponíveis pelos sujeitos em relação sobre o assunto/objeto comunicativo. Assim, a intersubjetividade se dá na possibilidade de que os sujeitos em relação possam, quando menos, obter um nível mínimo de entendimento no primeiro contato, tal que lhes favoreça um prosseguir comunicativo apto a aumentar a interseção de suas atmosferas semânticas, permitindo-lhes, tantos quantos forem, responder aos estímulos comunicativos propostos.

As mais diversas gradações possíveis entre as interseções semânticas em substituição ao consenso habermasiano traz a lume as diversidades culturais existentes, mais factíveis que a teorização de monovalores. O Direito, longe de lidar com consensos, com a homogeneidade, lida com conflitos, e pode ser visto como o lugar em que, convenientemente, se estabelecem as regras desse jogo de poder, a fim de que os conflitos sejam reduzidos de fenômenos, por vezes, coletivos, a situações individualizadas e que, no entanto, mantém conexão com outras análogas e tornadas iguais. Para além de Habermas, a ética incorpora as atmosferas em

⁶ PUGLIESI, Márcio. **Teoria do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009, pp. 185-186: “O sujeito age, a partir das regras do jogo e de seu conhecimento das circunstâncias, corrige sua ação e busca conferir os efeitos da atuação sobre o sistema (subconjunto do mundo, entendido como sua atmosfera semântica e a respectiva poluição) e o meio, a totalidade das aspecções possíveis a ele, e então, por assim dizer, retroage, isto é, realimenta seu próprio cabedal de informações e refaz, quando possível, a decisão preliminarmente assumida, recompondo sua teoria.”

⁷ - É preciso que se ressalte a precedência da comunicação ao estado conflitivo. Inexistindo a tensão resultante da inter-relação comunicativa, o que, por si só, já implica num estado conflitivo preliminar (os estados de conhecimento em relação não são idênticos), qualquer conflito torna-se impossível. Aliás, essa tensão cognitiva não se limita a indivíduos em comunicação. O indivíduo ao relacionar-se consigo mesmo termina por desencadear conflitos e, disso, a literatura psicanalítica é pródiga de exemplos.

conflito, como parte do conteúdo semântico, e compõe o processo decisório, bem como os grupos de pressão e as estratégias do sujeito no tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HABERMAS, Jürgen. **Faktizität und Geltung. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats**. 3. Aufl. Frankfurt: Suhrkamp, 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Comentários à ética do Discurso**. trad. Gilda Lopes Encarnação, Lisboa: Piaget, 1999.

PUGLIESI, Márcio. **Teoria do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.